

DEPUTADOS ADVERTEM

Só medidas duras agora podem evitar hiperinflação

Mas condicionam sucesso à credibilidade do Governo

Marizete Mundim

O País caminha inevitavelmente para a hiperinflação e o governo perdeu totalmente o controle sobre a economia. Esta é a avaliação que faz hoje a maioria dos deputados que entendem do assunto no Congresso Nacional. Eles apostam que ainda em setembro a equipe econômica será obrigada a tomar medidas duras para evitar o desgoverno total e duvidam que elas surtam efeito por constatarem que a perda de credibilidade no governo foi enorme, nos últimos meses.

Apesar das diferenças de posicionamento político, parlamentares como Aloizio Mercadante (PT-SP), Roberto Campos (PDS-RJ), Francisco Dornelles (PFL-RJ) condenam severamente a política de juros elevados prolongados. Mercadante a considera "uma levianidade, que promove negócios mais rentáveis do que os de Jubes Rabello" (acusado de pertencer à máfia dos traficantes de drogas) e diz que os juros altos estão desorganizando a produção.

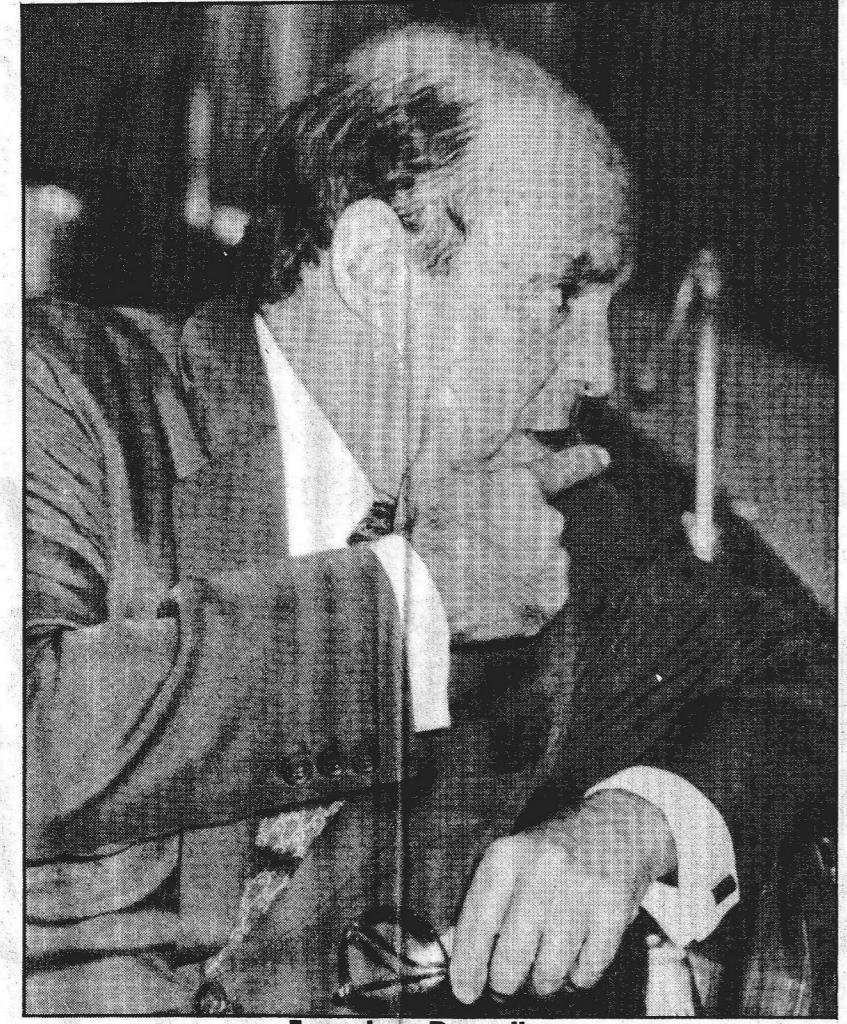
Pertencentes às correntes mais conservadoras, Roberto Campos e Dornelles admitem que uma política monetária apertada, com juros elevados prolongados, depois de um certo tempo, ao invés de cortar demanda acaba prejudicando a produção. Os dois acham que os juros podem tornar-se inflacionários quando não são acompanhados de um programa fiscal duro — o que já estava acontecendo.

Da mesma forma, Delfim Netto (PDS-SP), outro eminente representante do pensamento econômico conservador no Congresso, ironiza: "Para afogar o rei, 2 metros é suficiente". Ele também acha que os juros altos estão cortando a oferta além da demanda e diagnostica: "Quando se corta a produção está se promovendo a aceleração inflacionária e aprofundando a recessão com a consequente demissão de pessoal".

De direita, centro ou esquerda, os deputados economistas tecem críticas parecidas à estratégia de combate à inflação do governo. Todos consideram a crise gravíssima e urgente a necessidade de enfrentá-la. O líder do PSDB, José Serra (SP), resume: "O Estado brasileiro está concordatário, não tem dinheiro para investir e há dois anos estamos estagnados". Se este quadro não for imediatamente revertido, as perspectivas são as piores possíveis.

Para Serra, a reversão depende de um amplo entendimento nacional, que seria de crucial importância para superar a crise econômica. Como ele pensam também César Maia e Dornelles. Mas Delfim, Roberto Campos e Aloizio Mercadante são céticos quanto ao entendimento. Para Campos, a bandeira do entendimento é "extremamente vaga" e sua concretização muito difícil porque "os interesses são demasiado conflitantes".

O caminho para esse entendimento, entretanto, ainda não é conhecido. Há quem aposte na iminente troca da equipe econômica, como ponto de partida para a pacificação — como o deputado Aloizio Mercadante. Há quem considere este ponto desimportante — formam nesta linha César Maia, Dornelles e José Serra. Todos, entretanto, acham fundamental estabelecer pontos prioritários de discussão e revisão da trajetória econômica do País, como peças fundamentais da reorganização da economia nacional e da estabilização econômica. Maia e Mercadante apostam no anúncio de novo pacote ainda este mês.

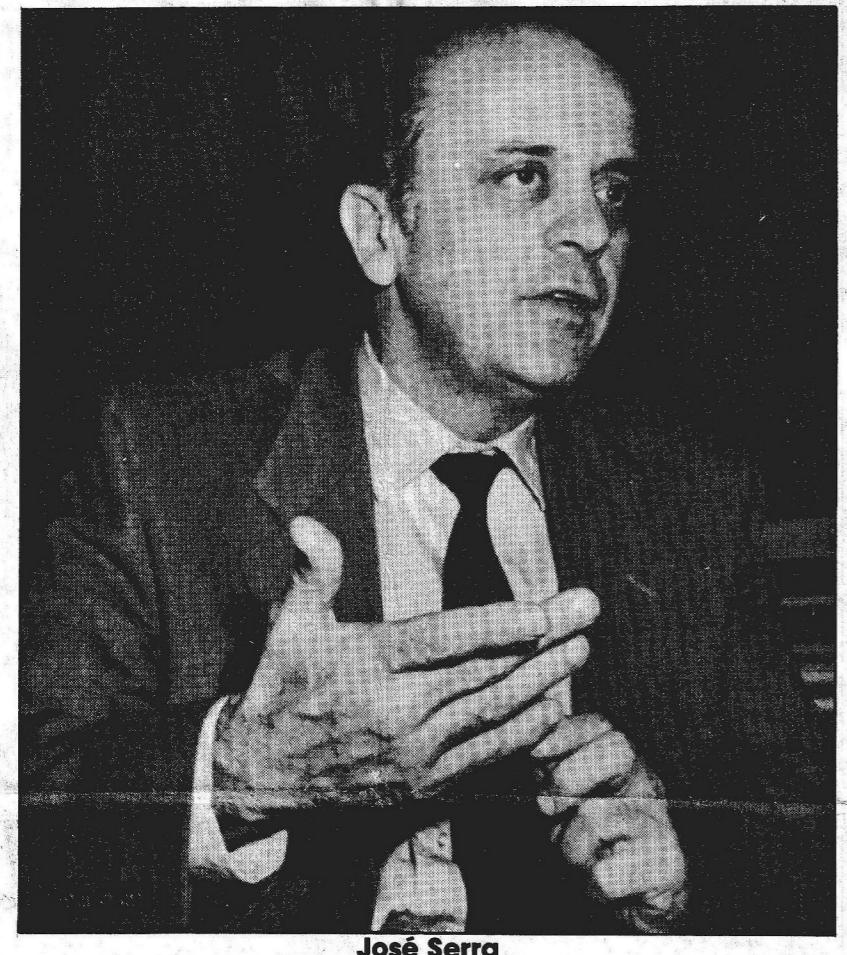


Francisco Dornelles



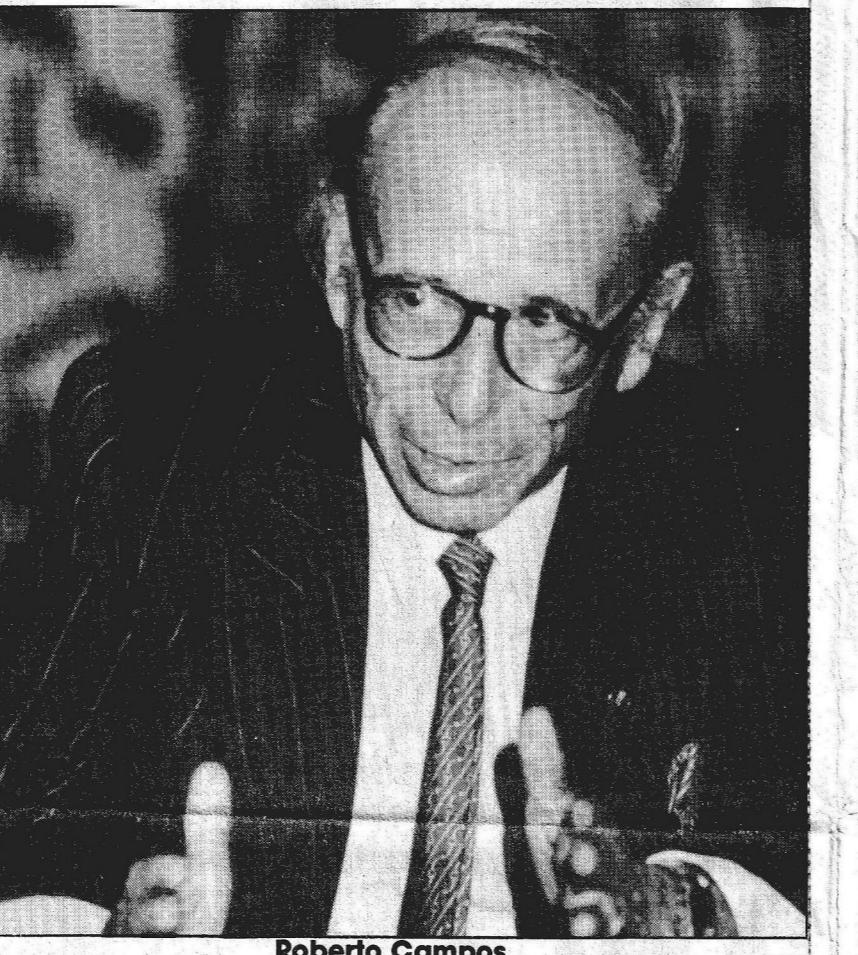
César Maia

"Medidas do Emendão não resolvem a crise fiscal"



José Serra

"Estado não tem dinheiro. Ele está concordatário"



Roberto Campos

"Municípios vão ficar com os seus bens indisponíveis"

Economia

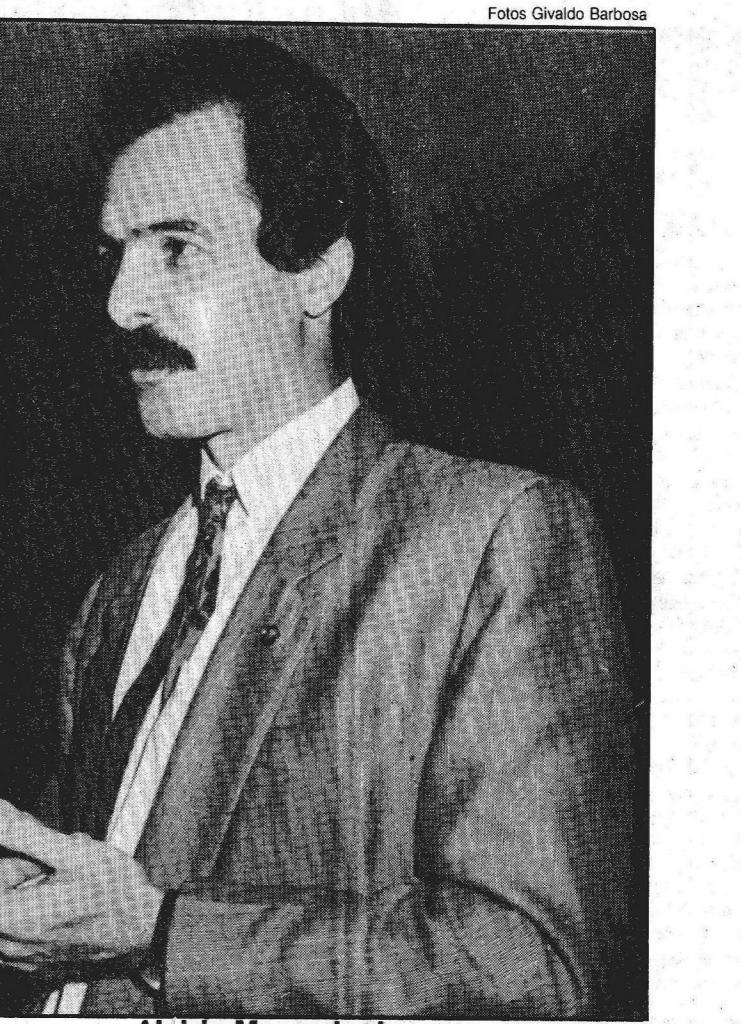
Delfim Netto

"Juro alto inviabilizará rolagem de dívida estadual"



Delfim Netto

"Propostas do Emendão são balão de ensaio do governo"



Aloizio Mercadante

"Collor selou paz com dona Rosane mas não com o povo"



Valdir Messias

"Crise é mais produto da oposição que da realidade"

ENTENDIMENTO
Recuperação do País depende de pacto político

Os economistas do Congresso reconhecem que a crise é tão grave que superá-la já não depende mais de um pacto entre os partidos. Chegou a um ponto que ameaça a governabilidade do País e exige um entendimento político mais amplo. César Maia diz que a saída é o governo abrir mão de poder, transferindo as decisões de política econômica para uma instância independente, como um Banco Central autônomo, cujo presidente teria voz, voto e fôlego. E este é o entendimento que acreditam os deputados de centro e esquerda.

Para Serra, a reversão depende de um entendimento entre os principais partidos, que devem fazer uma aliança para o governo. Eles acreditam que a superação deste obstáculo só será feita através de um amplo entendimento político.

Até porque, os focos de resistência à crise e lembram que Getúlio, em 1950, quando foi eleito, fez um governo de coalizão de todos os partidos da época (PTB, PSD e UDN). Da mesma forma, o governo de Tancredo Neves, em 1985, foi de coalizão. Ele, esse é o caminho histórico, mas o entendimento tem de ser costurado em torno de pontos específicos e o governo, até agora, não deixou claro quais pontos da política econômica estarão disponíveis para negociação.

Aluizio Mercadante pensa diferente. Considera a crise não apenas política-econômica, mas também social e ética. Ele acha que o entendimento deve delimitar amplamente a superação e o PDSB e acreditava que a superação da crise passa, prioritariamente, pela revisão das moedas da política econômica e pelo reequilíbrio da equipe dirigente da economia. "Acho que Collor se reconciliou com dona Rosane, mas o divórcio do povo com ele aumenta a cada dia", avalia ele.

Roberto Campos é completamente cético quanto à probabilidade de um entendimento, a se concretizar no País. Ele diz que a insistência neste ponto é uma leitura excessivamente internacional. Para ele, o que ocorreu no México, por exemplo, foi um conjunto de fatores que incluiu perifericamente o entendimento. "O entendimento foi, apenas, o balanço psicológico para a superação

da crise mexicana", diz ele.

O equilíbrio da economia mexicana deveu-se, de fato, segundo Roberto Campos, à conjugação de quatro fatores: 1) durante 8 anos, o México vem mantendo um superávit fiscal primário em suas contas; 2) o País promoveu uma rápida negociação de seus débitos externos; 3) seu governo optou por uma abertura econômica com investimentos; 4) o governo mexicano conseguiu manter uma inflação baixa, cortando gastos estatais, diminuindo drasticamente a presença do Estado na economia. Foram essas decisões políticas, no entender do deputado, que deram ao México a atual estabilidade econômica.

Já o deputado José Serra, líder de um partido que inicia uma aproximação com o governo, o PDSB, acredita que o entendimento "é fundamental" para superar o desgoverno na economia. Para ele, a crise não é "no galope da inflação" e a estagnação da produção e a austeridade fiscal é tanto técnica, mas de natureza política.

Serra identifica a crise de ausência de consenso entre os principais partidos. Afirmou que a superação da economia e acreditava que a superação deste obstáculo só seria feita através de um amplo entendimento político.

Até porque, os focos de resistência à crise e lembram que Getúlio, em 1950, quando foi eleito, fez um governo de coalizão de todos os partidos da época (PTB, PSD e UDN). Da mesma forma, o governo de Tancredo Neves, em 1985, foi de coalizão. Ele, esse é o caminho histórico, mas o entendimento tem de ser costurado em torno de pontos específicos e o governo, até agora, não deixou claro quais pontos da política econômica estarão disponíveis para negociação.

Aluizio Mercadante pensa diferente. Considera a crise não apenas política-econômica, mas também social e ética. Ele acha que o entendimento deve delimitar amplamente a superação e o PDSB e acreditava que a superação da crise passa, prioritariamente, pela revisão das moedas da política econômica e pelo reequilíbrio da equipe dirigente da economia. "Acho que Collor se reconciliou com dona Rosane, mas o divórcio do povo com ele aumenta a cada dia", avalia ele.

Roberto Campos é completamente cético quanto à probabilidade de um entendimento, a se concretizar no País. Ele diz que a insistência neste ponto é uma leitura excessivamente internacional. Para ele, o que ocorreu no México, por exemplo, foi um conjunto de fatores que incluiu perifericamente o entendimento. "O entendimento foi, apenas, o balanço psicológico para a superação

EMENDÃO
Proposta não tem aval dos parlamentares

O Emendão — conjunto de emendas constitucionais com o qual o governo pretende retornar o Brasil a uma ordem de governo federal — não é mais tão importante numa Constituição tão estabilizada", avalia: "Fazer uma revisão atalhada, apressada, é superficial só vai contribuir para agravar a instabilidade política e econômica do País". De qualquer forma, ele está convicto de que o Governo não terá base parlamentar para aprovar o Emendão e apostou: "Não existe possibilidade de derrotar a inflação com emendas Constitucionais, nem aqui, nem na China".

Mercadante também é crítico contundente da tentativa governamental de mudar a Constituição. O deputado diz que o "mais importante numa Constituição é sua estabilidade" e avalia: "Fazer uma revisão atalhada, apressada, é superficial só vai contribuir para agravar a instabilidade política e econômica do País". De qualquer forma, ele está convicto de que o Governo não terá base parlamentar para aprovar o Emendão e apostou: "Não existe possibilidade de derrotar a inflação com emendas Constitucionais, nem aqui, nem na China".

Dornelles, apesar da enorme distância ideológica que o separa de Mercadante, concorda com ele, em parte. "O emendão não resolve a crise fiscal do País", admite ele, e reconhece que "grande parte das medidas, não terão efeito, no curto prazo", aconselhando: "O momento é de estabilidade".

Mercadante acha que o governo tem mais erros do que acertos. As propostas, infelizmente, não contêm nada sobre reforma fiscal. Limitam-se a restrições de transferências de arrecadação e a criação de um Conselho de Controle do Orçamento, que certamente provocaria a fuga de capitais; e à indisponibilização de bens, ameaça que colocaria em risco a integridade das estruturas e dos governos municipais.

Mercadante rebate que "quando o governo elevou deliberadamente as taxas de juros, simplesmente estipulou os estados, de forma que a proposta de renegociação das suas dívidas perdeu o sentido".

Aluizio Mercadante pensa diferente. Considera a crise não apenas política-econômica, mas também social e ética. Ele acha que o entendimento deve delimitar amplamente a superação e o PDSB e acredita que a superação da crise passa, prioritariamente, pela revisão das moedas da política econômica e pelo reequilíbrio da equipe dirigente da economia. "Acho que Collor se reconciliou com dona Rosane, mas o divórcio do povo com ele aumenta a cada dia", avalia ele.

Roberto Campos é completamente

OPÇÕES
Receituário vai do neoliberal ao alternativo

O objetivo do governo com o Emendão seria o mesmo de Jânio, quando encaminhou seu pedido de renúncia: ganhar mais poder. Por trás do impasse, paira a ameaça da hiperinflação. "Isso é um jogo que vai resultar numa crise ainda maior", avalia César Maia. Ele lembra que nem Jânio, que usou esse expediente, conseguiu seu objetivo. E aconselha a saída é exatamente o contrário. O governo tem que abrir mão de poder para superá-la.

Mercadante também é crítico contundente da tentativa governamental de mudar a Constituição. O deputado diz que o "mais importante numa Constituição é sua estabilidade" e avalia: "Fazer uma revisão atalhada, apressada, é superficial só vai contribuir para agravar a instabilidade política e econômica do País". De qualquer forma, ele está convicto de que o Governo não terá base parlamentar para aprovar o Emendão e apostou: "Não existe possibilidade de derrotar a inflação com emendas Constitucionais, nem aqui, nem na China".

Dornelles, apesar da enorme distância ideológica que o separa de Mercadante, concorda com ele, em parte. "O emendão não resolve a crise fiscal do País", admite ele, e reconhece que "grande parte das medidas, não terão efeito, no curto prazo", aconselhando: "O momento é de estabilidade".

Mercadante rebate que "quando o governo elevou deliberadamente as taxas de juros, simplesmente estipulou os estados, de forma que a proposta de renegociação das suas dívidas perdeu o sentido".

Aluizio Mercadante pensa diferente. Considera a crise não apenas

SAÍDA PARA CRISE
É consenso a necessidade de ajuste fiscal

seriam uma concentração de investimentos públicos na área de saúde, educação e demanda populares. Já os economistas, que se opõem ao projeto, acreditam que a solução é a manutenção das despesas com infraestrutura, transportes e comunicações, cortando-se drasticamente as diferenças, com a corte social.

O importante é que esta decisão não está, de fato, nas mãos de ninguém, que "ainda não é hora de discutir o que é melhor", diz Roberto Campos. Ele lembra que o governo não tem a menor chance de aprovar o Emendão, que é o único que defendeu como correto, do ponto de vista da política monetária, o deputado César Maia, acabou admitindo que seu efeito foi nefasto, diante da falta de credibilidade do governo.

Paralelamente, a manutenção de taxas de juros elevadas configura uma lógica intrínseca com a estratégia de enxugamento da liquidez.

"É uma medida racional, dentro da ótica de manter a economia com pouca liquidez, mas não de certo, devido à falta de credibilidade do governo", admite ele.

Não só a industrial, mas especial mente o agrícola. Mercadante concorda com a estratégia de Zélia Cardoso de Mello, que acredita que a solução é a manutenção das despesas com a corte social, a redução de impostos e a diminuição da dívida pública.

"Nós concordamos com as taxas de juros praticadas hoje pelo governo", confessa Paulo Octávio. Mas, logo em seguida, justifica a medida, argumentando que apesar de "não ser a melhor", é a única maneira de gerar emprego.

Independentes de filiação parlamentar, os representantes das vanguardas de opinião econômica do Congresso Nacional têm diferentes propostas para superar a crise. O PT, através de Mercadante, considera a volta do estímulo à economia, competindo com o PDSB. Os deputados de Osório Adriano e Paulo Octávio minimizam a crise econômica e não conseguem esconder, apesar de seu descontentamento com a política de juros elevados do governo.

"Nós concordamos com as taxas de juros praticadas hoje pelo governo", confessa Paulo Octávio. Mas, logo em seguida, justifica a medida, argumentando que apesar de "não ser a melhor", é a única maneira de gerar emprego.

A safra perdeu 7 milhões de toneladas, o ritmo da manutenção de taxas de juros elevadas é grande, mas não de certo, devido à falta de credibilidade do governo", admite ele.

Na sua opinião, este é um dos sinais mais significativos de que

Amigos lideram defesa a Collor
No tireteo que se pratica no Congresso, hoje, a trincheira de defesa do governo Collor é comandada, sobretudo, por seus amigos no PDSB, os deputados Carlos Alberto (PDSB) e Osório Adriano (PFL-DF). Os dois minimizam a crise econômica e não conseguem esconder, apesar de seu descontentamento com a política de juros elevados do governo.

"Nós concordamos com as taxas de juros praticadas hoje pelo governo", confessa Paulo Octávio. Mas, logo em seguida, justifica a medida, argumentando que apesar de "não ser a melhor", é a única maneira de gerar emprego.

A safra perdeu 7 milhões de toneladas, o ritmo da manutenção de taxas de juros elevadas é grande, mas não de certo, devido à falta de credibilidade do governo", admite ele.

Apesar dessa crítica bem compartilhada — afinal os dois são empreendedores — Osório e Paulo Octávio acham que a crise é muito mais produzida da oposição do que provocada pelo governo. Para o deputado de São Paulo, a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

Para o deputado de São Paulo, a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

"Nós concordamos com a estratégia de Zélia Cardoso de Mello, que acredita que a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

Os deputados de São Paulo, que acreditam que a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

Os economistas do PT, Aluizio Mercadante, preferem acreditar que a superação da crise está vinculada à opção pelo sistema econômico "neoliberal" ou pelo sistema alternativo, que prevê prioridade aos investimentos na área de saúde, educação e programas sociais.

Os deputados de São Paulo, que acreditam que a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

Os economistas do PT, Aluizio Mercadante, preferem acreditar que a superação da crise está vinculada à opção pelo sistema econômico "neoliberal" ou pelo sistema alternativo, que prevê prioridade aos investimentos na área de saúde, educação e programas sociais.

Os deputados de São Paulo, que acreditam que a crise é resultado de um exagerado desgoverno.

Os deput